

Abordagem da educação LGBT+ nos documentos oficiais: uma revisão sistemática de literatura

ARTIGO

Mayra Gomes de Oliveiraⁱ

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, Brasil

Micheli Bordoli Amestoyⁱⁱ

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, Brasil

1

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar os encaminhamentos e discussões realizadas nos estudos sobre a Diversidade Sexual, a fim de avaliar e sintetizar evidências sobre a forma como os documentos e as atuais políticas públicas educacionais tem abordado a Educação LGBT+. Para isso, o estudo foi desenvolvido por meio da metodologia da Revisão Sistemática da Literatura (RSL), a qual foi realizada no mês de maio de 2024, nas bases de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, no Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr) e do Google Acadêmico. Para a categorização dos trabalhos selecionados, foi utilizada a análise de conteúdo, com base em Bardin (2016). A partir do protocolo de pesquisa seguido na revisão, foi possível perceber, a partir dos poucos trabalhos selecionados (9), que os estudos em políticas educacionais ainda carecem de pesquisas na temática estudada.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Diversidade Sexual. Revisão Sistemática de Literatura.

Approach to LGBT+ education in official documents: a systematic literature review

Abstract

This article aims to analyze the referrals and discussions carried out in studies on Sexual Diversity, in order to evaluate and synthesize evidence on how documents and current public educational policies have approached LGBT+ Education. To this end, the study was developed using the methodology of the Systematic Literature Review (RSL), which was carried out in May 2024, in the databases of the Capes Theses and Dissertations Catalog, on the Brazilian Publications Portal and Open Access Scientific Data (Oasisbr) and Google Scholar. Content analysis was used to categorize the selected papers, based on Bardin (2016). According to the research protocol, followed in the review, it was possible to see from the few papers selected (9) that studies on educational policies still lack research on the subject studied.

Keywords: Educational Policies. Sexual Diversity. Systematic Literature Review.

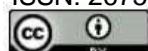
1 Introdução

Rev. Pemo, Fortaleza, v. 7, e14662, 2025

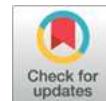
DOI: <https://doi.org/10.47149/pemo.v7.e14662>

<https://revistas.uece.br/index.php/revpemo>

ISSN: 2675-519X



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

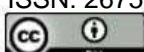


Desde que nascemos e pertencemos a uma família, conhecemos e aprendemos o mundo de acordo com a visão de nossos pais, que provavelmente nos passam o que também aprenderam com nossos avós. No Brasil, de acordo com a Lei Federal nº 12.796, constitui-se a obrigatoriedade do início da educação escolarizada a partir dos 4 anos de idade. Isso faz com que, ao estar na escola, possamos conhecer e conviver com visões distintas das que conhecíamos até então. Esse encontro de vivências, muitas vezes, é acompanhado de conflitos, mas também auxilia o indivíduo a conviver e a respeitar as diferenças, sejam elas por raça, religião, gênero, ritmos de aprendizagem, valores, expressão da sexualidade, entre outros.

Ainda sobre o nascimento, o sexo do indivíduo, que é atribuído às suas características biológicas, faz com que sejam definidas a ele particularidades. Das meninas, é esperado que gostem de brincar com bonecas, brinquedos que remetem a afazeres domésticos, como: panelas, ferro de passar, vassouras, etc. Para os meninos, ficam os dinossauros, carros, bolas e demais objetos associados à masculinidade, definindo assim o sujeito, o que chamamos de gênero. De acordo com Machado e Salva (2024, p. 8): “As identidades de gênero são maneiras de distinguir meninos e meninas, homens e mulheres dentro da sociedade. As creches e escolas, sendo partes integrantes da sociedade, desempenham um papel importante nessa construção”.

Nesse sentido, cabe destacar os estudos sobre gênero nas contribuições de Louro (1997, 1999, 2000, 2003). Nas palavras da autora: “as identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação”. (Louro, 1997, p.27). Ou seja, não nos cabe definir o que o indivíduo é ou estipular um momento para que isso aconteça. Durante a vida toda, essa construção irá definir a identidade de gênero do sujeito, como este se vê e gostaria de ser visto.

Ao abordarmos essas definições, refletimos acerca dos estereótipos associados a homens e mulheres, e o fato de que se estes não estiverem dentro dos padrões esperados pela sociedade, sofrerão preconceitos, o que acontece muito com mulheres lésbicas “desfeminilizadas” e homens gays “afeminados”. Tal crença equivocada apenas





reforça a ideia de personificação da pessoa homoafetiva como desviante, o que, por sua vez, corrobora para que continue existindo ações homofóbicas, ou melhor, heterossexismos, o qual se refere ao preconceito dirigido aos(as) homossexuais. Este conceito foi bem definido por Louro (1997) a qual buscou nos pressupostos teóricos de Judith Butler, a seguinte definição:

3

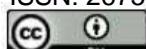
A homofobia, o medo voltado contra os/as homossexuais, pode se expressar ainda numa espécie de “terror em relação à perda de gênero”, ou seja, no terror de não ser mais considerado como um homem ou uma mulher “reais” ou “autênticos/as” (Louro, 1997, p.28).

Ao voltarmos na história, encontramos uma luta constante pela igualdade, que começou a ganhar força em 1969 após a Revolta de *Stonewall*¹, a partir de então, a luta contra a discriminação e a busca por igualdade, ou seja, mesmos direitos e deveres, independente de orientação sexual e/ou gênero foi ganhando espaço. Em 1990, a sigla GLS passa a ter a inclusão de bissexuais e transgêneros, tornando-se GLBT, sofrendo novas mudanças ainda alguns anos depois, dando visibilidade às mulheres lésbicas, tivemos a sigla LGBT, à qual foram sendo acrescentados outros termos seguido do sinal “+”, que busca abranger a diversidade de gênero e sexualidade.

Ao falarmos da sexualidade do indivíduo, estamos falando da orientação sexual deste, isso significa dizer por qual gênero sente atração amorosa e sexual, esperando que essa atração seja pelo sexo oposto ao seu, encaixando-se na heterossexualidade. Mesmo que esta seja a “norma” na sociedade, não é singular, há a homossexualidade, em que a atração do sujeito é por pessoas do mesmo sexo que o dele. Há ainda a bissexualidade, que é a atração pelos dois sexos, a pansexualidade, na qual a atração acontece sem se importar com o sexo do indivíduo, e a assexualidade, na qual a pessoa sente pouco ou nenhuma atração sexual.

É sabido que a única que não vem acompanhada de discriminação e violência, nas escolas e fora dela, é a heterossexualidade, pelo fato de ser hegemônica. No intuito

¹Movimento que aconteceu em um bar na cidade de Nova York, tendo como protagonistas mulheres transgêneros pretas, que resistiram à agressão policial em uma época em que a relação entre pessoas do mesmo sexo era considerada crime.





de combater a intolerância, é preciso instituir novas políticas públicas a partir das necessidades identificadas pelo governo. Quando estas políticas estão voltadas à educação, são chamadas de políticas públicas educacionais, que, segundo Amestoy e Tolentino-Neto (2024), têm como objetivo principal a melhoria do acesso e da qualidade da educação, promovendo assim igualdade de oportunidades de aprendizagens, além de atender às mais diversas necessidades da população no que se diz respeito à educação.

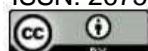
Outra maneira de combater a intolerância dentro das escolas é a educação sexual, cujo princípio, na escola, segundo Maia e Ribeiro (2011, p.77):

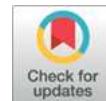
[...] deve ser um processo intencional, planejado e organizado que vise proporcionar ao aluno uma formação que envolva conhecimento, reflexão e questionamento; mudança de atitudes, concepções e valores; produção e desenvolvimento de uma cidadania ativa; e instrumentalização para o combate à homofobia e à discriminação de gênero. (Maia; Ribeiro, 2011, p.77).

Pois diferente do que muitos pensam, a educação sexual não incentiva a prática sexual, mas apresenta abordagens, como: métodos contraceptivos, infecções sexualmente transmissíveis (IST), diversidade sexual, gravidez na adolescência comportamentos de abusos, entre outros assuntos a respeito do corpo do adolescente, sanando dúvidas e promovendo respeito. Diante disso, este trabalho tem como objetivo realizar uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL) das produções acadêmicas das duas últimas décadas (2004 – 2024) que abordam as políticas públicas educacionais voltadas à diversidade sexual.

2 Educação LGBT+ e a Diversidade Sexual: o que dizem as pesquisas acadêmicas?

Segundo o Relatório para o Desenvolvimento Humano (PNUD), publicado em 2005, ou seja, há quase duas décadas, são apresentadas algumas estratégias usadas na expansão das cadeias de equivalências em torno da diferença, com ênfase no racismo. De acordo com Macedo (2009, p. 93):





Essa expansão lança mão, ela mesma, de uma representação que vem suportando o mito da democracia racial: a ideia de que o preconceito no Brasil não é racial, mas social. As políticas da diferença utilizam, tentando subvertê-lo, parte de um mito bem sedimentado que lhes serve de antagonista. A expansão custa, portanto, aos movimentos negros parte de suas próprias demandas (Macedo, 2009, p. 93).

Não muito diferente, conseguimos observar que nas lutas travadas pelo Movimento LGBTQI+ as cadeias de equivalências em torno da noção de diferença também se encontram presentes. Nesse sentido, de acordo com Carvalho (2020, p. 94): “não colocar a diferença como questão central é negar que a escola é um ambiente socialmente diverso”. Devido a isso, os sistemas, as redes de ensino e as instituições escolares em seus planejamentos anuais devem levar em consideração a superação dessas desigualdades, planejando-se com claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes (Brasil, 2018). É assim então que, segundo Carvalho (2020), o Estado ausenta-se da responsabilidade de tratar desses temas, passando-os para as esferas menores, colocando à periferia as diferenças.

O estado do Paraná, local no qual se desenvolveu esta pesquisa, implementou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) por meio do Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP), que tem como objetivo complementar e reorganizar o Referencial Curricular do Paraná, abordando as principais necessidades e características da nossa rede de ensino à luz da BNCC. Nele estão elencadas sugestões e orientações de conteúdos adequados à nossa realidade regional, os quais devem servir como base para o desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais para a trajetória dos estudantes nesta etapa de formação (Paraná, 2019).

De acordo com os estudos já realizados, há deficiências na BNCC em relação à educação sexual e de gênero. Sartori (2022) constata a marginalização da Educação Sexual na BNCC, assim como também pesquisas demonstram uma guinada conservadora:

Num período histórico que coaduna processos globalizantes, com presença cada vez maior de grandes órgãos econômicos dentro das políticas públicas e avanço do neoliberalismo, com uma guinada conservadora, saltam aos olhos problemas



que se relacionam com a construção de um currículo único, ilustrado na Base Nacional Comum Curricular, e a ausência de temáticas importantes, como a tão cara questão do gênero e da sexualidade dentro do âmbito da educação (Carvalho, 2020, p.98).

Em outra análise, a pesquisa realizada identificou que o documento da Base

6

[...] evitou discussões relacionadas as temáticas sexuais, em vez disso, concentrou seu texto nas listas de conteúdo e competências que devem ser desenvolvidas. Termos como “desenvolver”, “participar”, “cuidar”, “relacionar”, “debater”, “produzir”, “apropriar-se” na BNCC, mostram um panorama bastante genérico e vazio de significado em relação as abordagens da sexualidade humana, cuidados com o próprio o corpo e respeito às diferenças (Freitas, 2021, p.24).

Sartori (2022, p.2) destaca que a Educação para a Sexualidade no ambiente escolar é “um processo que se encontra em constante transformação e evolução”, exigindo a resolução de diversas questões, entre elas, a formação docente. Os professores precisam estar preparados para lidar com dúvidas, questionamentos, preconceitos, tornando essencial uma formação contínua, que não deve se restringir apenas aos professores de Ciências e Biologia – disciplinas que abordam a sexualidade em seus conteúdos temáticos –, mas deve ocorrer de maneira transversal. Como apontam Maia e Ribeiro (2011), a sexualidade deve estar inserida dentro do projeto pedagógico da escola, garantindo uma abordagem alinhada a todas as disciplinas. Entre os principais desafios no contexto escolar, estão:

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. [...] Concebida inicialmente para acolher alguns — mas não outros — ela foi, lentamente, sendo requisitada por aqueles/as aos/às quais havia sido negada. Os novos grupos foram trazendo transformações à instituição. Ela precisou ser diversa: organização, currículos, prédios, docentes, regulamentos, avaliações irias, explícita ou implicitamente, “garantir” — e também produzir — as diferenças entre os sujeitos” (Louro,1997, p. 57).

Ainda no que tange ao gênero e à sexualidade, Sartori e Campanário (2024. p.4) reforçam que “é necessário reconhecer as lutas históricas e contemporâneas que envolvem a educação para essas temáticas, especialmente em tempos de perseguição e desinformação em torno da chamada ‘ideologia de gênero’”.





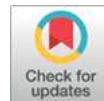
Na luta pelo entendimento e cumprimento do direito da população LGBT+, há políticas que foram criadas no intuito de combater a violência e dar suporte a essas pessoas como, por exemplo, o Brasil Sem Homofobia (BSH), um programa de combate à violência e discriminação, lançado em 2004, dividido em onze programas de ações, sendo o quinto destes voltado ao direito à educação. Cinco anos depois, em 2009, teve a publicação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, que tem como objetivo geral a orientação da construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT+, ressaltando a intersectorialidade e a transversalidade na proposição e implementação dessas políticas.

O Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), lançado em 2004, durante o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, apresenta uma dedicatória à Janaína, mulher transgênero, ativista cearense e que fez história na luta em defesa do movimento LGBT+. Isto se deu porque ela foi a primeira mulher transgênero a ter a carteira profissional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), como também desenvolveu a primeira campanha contra o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) no Brasil com ênfase nos transgêneros, além de outras ações para prevenção e tratamento de pessoas deste grupo.

O documento apresenta como objetivos principais a promoção da cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais a partir da igualdade de direitos e combate à discriminação e a violência. Para que isso seja alcançado, são buscadas ações que fortaleçam projetos voltados à comunidade LGBT+, capacitação de profissionais que estão à frente na defesa dos direitos humanos, propagação de informação acerca destes direitos e o incentivo à denúncia caso estes não sejam cumpridos.

Além disso, o documento elenca 11 programas de ação, começando pela articulação da política na promoção dos direitos dos homossexuais. O objetivo é que, a partir do BSH, outras ações, sejam elas parciais ou integrais, sejam implementadas pelo Governo Federal. Essas ações incluem o fortalecimento de Conselhos Estaduais e





Municipais de Direitos Humanos, além do apoio ao combate à discriminação por meio de campanhas institucionais e publicidade. O documento também destaca a importância da conscientização da população brasileira contra a homofobia e do acompanhamento da situação socioeconômica da população LGBT+ por meio de pesquisas acadêmicas.

8

3 Metodologia

De acordo com Kitchenham (2004), a Revisão Sistemática de Literatura (RSL) constitui-se em uma maneira de análise e interpretação de estudos já realizados acerca da temática de interesse. Segundo Ramos *et al.* (2014, p.20), para a realização desse tipo de pesquisa é preciso que se busque “[...] definir critérios, métodos precisos e sistemáticos, de forma a identificar e selecionar as fontes bibliográficas com o máximo rigor, grau de eficiência e confiança no trabalho desenvolvido”.

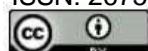
Nesse sentido, para a realização da RSL deste trabalho, foram seguidos os passos definidos pelos autores no protocolo abaixo (Quadro 1):

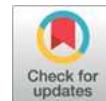
Quadro 1 – Etapas da Revisão Sistemática

Etapa	Ação
i) Objetivos	Definição da problemática de pesquisa;
ii) Equações de pesquisa	Definição das palavras-chaves e combinações (AND, OR, NOT);
iii) Âmbito	Definição das bases de buscas;
iv) Critérios de inclusão	Definição dos estudos aceitáveis;
v) Critérios de exclusão	Definição dos estudos não aceitáveis;
vi) Critérios de validade metodológica	Verificação dos critérios de inclusão e exclusão;
vii) Resultados	Registro dos passos realizados;
viii) Tratamento dos dados	Análise dos estudos selecionados.

Fonte: Adaptado de Ramos *et al.* (2014).

Em consonância ao protocolo supracitado, em um primeiro momento definiu-se a problemática da pesquisa: De que forma os documentos e as atuais políticas públicas





educacionais têm abordado a Educação LGBT+? Em seguida, foi definida a combinação de palavras-chave que seriam usadas nas bases de busca, que foram: “políticas educacionais”, “diversidade sexual”, “LGBT” e “educação sexual”. Como condição de busca, foi estipulado que as produções selecionadas deveriam ter acontecido entre os anos de 2004 a 2024, pelo fato de que o pontapé às políticas públicas LGBT+ é o Brasil Sem Homofobia, lançado em 2004.

Na sequência, foram definidas como bases de busca a serem utilizadas para revisão sistemática o *Oasis*, que é um Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto, o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e o Google Acadêmico, conforme mostra a Tabela 1:

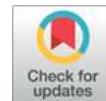
Tabela 1 – Número de trabalhos encontrados nas bases de dados selecionadas

Base de Dados	Nº de trabalhos encontrados
Oasis	21
Catálogo Capes	6
Google Acadêmico	4
Total	31

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

De acordo com o protocolo descrito no Quadro 1, a partir das buscas, para delimitar os trabalhos norteadores, foram usados critérios de inclusão: I) trabalhos que foram publicados nos anos de 2004 a 2024; II) Publicações voltadas à educação básica; III) Publicações que abordassem os documentos analisados, que foram: Brasil Sem Homofobia e/ou Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Para uma seleção ainda mais delimitada, também foram levantados critérios de exclusão, sendo: I) trabalhos realizados antes de 2004; II) trabalhos duplicados ou que não tiveram como acessar; III) Publicações que não abordassem à educação básica. IV) Publicações que não abordassem as políticas públicas LGBT.





Como mencionado na explicação da etapa anterior, com a aplicação dos filtros de ano de publicação, foram excluídos os artigos e publicações anteriores ao ano de 2004, assim como também os trabalhos duplicados. Os demais critérios de exclusão foram atendidos com a leitura dos títulos, palavras-chave e resumos. A validade metodológica foi definida com a revisão dos critérios de inclusão e exclusão e com a realização da pesquisa por mais de um pesquisador e conferência por pares.

Na plataforma *Oasis*, em busca avançada, foram colocadas as combinações de palavras, o intervalo de tempo que era aceito e ainda selecionadas as opções de teses, dissertações e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). Após aplicação dos filtros, foram encontradas vinte e uma publicações. A busca ocorreu no mês de maio de 2024 e os resultados estão expostos na seção que se segue, na qual é apresentada a análise sistemática das produções mapeadas, apontando-se para os objetivos dos estudos e seus principais achados e discussões. Para a categorização dos trabalhos selecionados e análises, foi utilizada a análise de conteúdo, com base em Bardin (2016).

4 Resultados e discussões

Foram mapeadas 31 produções sobre políticas públicas educacionais voltadas para o combate à homofobia e a promoção da igualdade de direitos para a comunidade LGBT, incluindo a análise de documentos como o Programa Brasil Sem Homofobia e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. No entanto, após a aplicação dos filtros de inclusão e exclusão, restaram apenas 9 produções, apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Produções mapeadas e analisadas no estudo

Referência da produção	Ano	Tipo
------------------------	-----	------

Rev. Pemo, Fortaleza, v. 7, e14662, 2025
DOI: <https://doi.org/10.47149/pemo.v7.e14662>
<https://revistas.uece.br/index.php/revpemo>
ISSN: 2675-519X

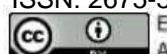


Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).



SOUZA, J.A.C. A política educacional brasileira em interface com a diversidade sexual no período de 2003 a 2014. Dissertação (Programa de pós-graduação em Educação – Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba. 2016.	2016	Dissertação
DANILIAUSKAS, M. Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia. Dissertação (Programa de pós-graduação em Educação – Mestrado) – Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011.	2011	Dissertação
MOREIRA, J. Janelas fechadas: o percurso da Pauta LGBT no PNE 2014. Dissertação (Programa de pós-graduação em Educação – Mestrado) Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2016.	2016	Dissertação
GOMES, J.C. Direitos Humanos, Educação e Cidadania LGBT: Uma análise das ações do programa Brasil Sem Homofobia em João Pessoa/PB. Dissertação (Programa de pós-graduação em Educação – Mestrado) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2016.	2016	Dissertação
ROTUNNO, L. Educação e diversidade: uma análise sobre as políticas educacionais de combate à LGBTfobia. Trabalho de conclusão de curso – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2018.	2018	TCC
RIBEIRO, J.T. Políticas para a comunidade LGBT: uma breve análise do Programa “Brasil Sem Homofobia”. Trabalho de conclusão de curso – Universidade de Brasília. Brasília. 2014.	2014	TCC
JOCA, A.M. Para além do Devir: Políticas públicas educacionais para a diversidade sexual. Revista Avaliação de Políticas Públicas , v.2, n.14, p.46-64, jul/dez. 2014.	2014	Artigo
VIANNA, C.P. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. Revista Scielo , v. 41, n. 3, p. 791-806, jul./set. 2015.	2015	Artigo
MEIRELES, A.C.; RAIZER, E.C.; MARGOTTO, L.R. Diversidade sexual nas políticas educacionais brasileiras: uma abordagem crítica preliminar. In: Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFES, v.1, n.1. 2011.	2011	Artigo

Fonte: Dados da pesquisa (2024).





Nota-se que os trabalhos se dividem em 4 dissertações, 2 TCC e 3 artigos, todos no período de 2011 a 2018, podendo-se perceber, de acordo com o Quadro 2, que carecemos de teses de doutorado. Um dos fatores de poucos trabalhos terem sido mapeados pode ser a falta de fomento, lembrando que tivemos um governo conservador no período de 2018 a 2022, muitas vezes trazendo falas homofóbicas como: "O que nós queremos é que o Joãozinho seja Joãozinho a vida toda. A Mariazinha seja Maria a vida toda, que constituam família, que seu caráter não seja deturpado em sala de aula, indo contra a educação sexual."

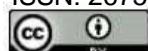
De acordo com o Quadro 3 a seguir, é possível ver as universidades nas quais os pesquisadores tiveram suas produções publicadas:

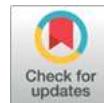
Quadro 3 – Regiões e Instituições onde foram realizadas as pesquisas

Instituição de Ensino Superior	UF	IES	Produções acadêmicas selecionadas			
			Dissertação	TCC	Artigo	Ano
Universidade Tuiuti do Paraná	PR	UTP	1	0	0	2016
Universidade de São Paulo	SP	USP	1	0	0	2011
Universidade Federal do Paraná	PR	UFPR	0	1	0	2018
Universidade Federal do Paraná	PR	UFPR	1	0	0	2016
Universidade de Brasília	DF	UnB	0	1	0	2014
Universidade Federal da Paraíba	PE	UFPB	1	0	0	2016
Universidade de São Paulo	SP	USP	0	0	1	2015
Universidade Federal do Espírito Santo	ES	UFES	0	0	1	2011
Universidade Federal do Ceará	CE	UFC	0	0	1	2014

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Ao analisar o período temporal em que essas produções foram feitas, é visto um hiato entre o lançamento do BSH, que ocorreu em 2004, até 2011, o primeiro trabalho





dentre os analisados. A partir deste ano, há um aumento significativo nas produções acadêmicas abordando as políticas públicas educacionais quanto à diversidade de gênero e sexualidade, sendo a maioria no ano de 2016, coincidindo com o tempo em que o Brasil teve como Presidente da República Dilma Rousseff, que, após um golpe de Estado, teve seu mandato interrompido, passando a faixa presidencial a Michel Temer. Durante os 3 anos deste no comando do país, percebemos a publicação de apenas um dos trabalhos analisados e nenhum durante o Governo Bolsonaro.

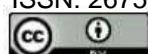
A Figura 1 abaixo apresenta uma nuvem de palavras relativa às produções aqui analisadas.

Figura 1 – Nuvem de palavras derivada dos trabalhos analisados



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A partir da leitura das publicações, pode-se observar algumas palavras que aparecem em destaque nas principais abordagens apresentadas nos trabalhos revisados, como se observa na nuvem de palavras da Figura 1. Como consequência do tema analisado, as palavras em evidência são “Políticas”, “Públicas” e “LGBT”, objetivando a questão problematizadora deste trabalho. Contudo, algumas palavras ainda merecem destaque como: “Homofobia”, “Combate” e “Direitos”, o que era esperado pelo fato de que a busca pela igualdade em direitos da comunidade LGBT é uma luta diária e que ainda será longa, pois a homofobia está em todos os lugares e precisa de um trabalho coletivo para ser combatida.





Esse resultado demonstra indícios de que os trabalhos aqui selecionados encontram-se relacionados com essa pesquisa, uma vez que desde o início tratou-se desses assuntos, apresentando, assim, uma relação entre os conceitos abordados, enriquecendo o texto e o referencial teórico. A seguir, é apresentada a análise feita a partir de categorias elaboradas *a posteriori*, após a leitura dos trabalhos selecionados.

14

4.1 Categoria 1: Direitos e visibilidade LGBT

Esta categoria traz como foco principal a caminhada dos movimentos sociais na busca dos Direitos e Visibilidade LGBT ao longo dos anos. Entre os trabalhos analisados, destaca-se a dissertação de Souza (2016), que apresenta três capítulos, sendo um deles inserido nesta categoria. No primeiro capítulo, é abordada a constituição do sujeito homossexual, a teoria *queer*² e as intersecções com o movimento social LGBT. Souza (2016) analisa como a homossexualidade foi compreendida desde o século XIX pelos primeiros pesquisadores da área, alguns dos quais a consideravam congênita, enquanto outros a tratavam como uma degeneração neurofísica, entre outras hipóteses. O autor também apresenta Michel Foucault como uma das vozes mais importantes para aqueles que fazem estudos sobre a homossexualidade e os movimentos sociais associados a teoria *queer*.

Souza (2016) traça um caminho da luta por visibilidade do movimento LGBT desde 1940, desde seus primeiros registros na Europa na década de 1940 até sua consolidação no Brasil entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980, ressaltando que as conquistas mais significativas ocorreram apenas após a década de 1990. Por fim, Souza (2016) cita a importância que os movimentos sociais têm, mas adverte que mesmo tendo conquistados marcos legais, estes não garantem às pessoas LGBT as condições efetivas ao exercício da plena cidadania.

² Historicamente, "queer" tem sido empregado para se referir, de forma depreciativa, às pessoas homossexuais. Sua utilização pelos ativistas dos movimentos homossexuais constitui uma tentativa de recuperação da palavra, revertendo sua conotação negativa original. (Louro, 2000).





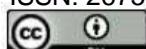
4.2 Categoria 2: Políticas públicas e os movimentos sociais

15

A categoria 2 concentrou quatro trabalhos, sendo duas dissertações: Daniliauskas (2011) e Gomes (2016), e dois artigos: Vianna (2015) e Meireles; Raizer; Margotto (2011). A relação do cenário político durante a criação das políticas públicas para a comunidade LGBT+ esteve presente em todos os trabalhos, o que já era esperado, pois o BSH foi um lançamento do governo federal durante o mandato do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Vianna (2015), durante os 8 anos em que Lula governou, apresentava discursos de inclusão social a partir das pressões que sofria pelas lutas e ações coletivas da sociedade civil organizada que buscava a superação das desigualdades sociais.

O artigo de Meireles, Raizer e Margotto (2011) também se insere nessa categoria e está estruturado em três eixos principais. O primeiro, *Educação Sexual na Escola: Revendo o Histórico*, traça um panorama dos marcos que contribuíram para o desenvolvimento de políticas mais sólidas na área. Em seguida, os autores abordam brevemente a *Inclusão Escolar*, antes de se aprofundarem nas *Políticas Públicas*, destacando o papel da sociedade civil organizada na luta por visibilidade e na reivindicação de direitos. Além disso, analisam as *Representações Sociais sobre as Políticas Públicas*, evidenciando os desafios enfrentados pelos profissionais responsáveis pela elaboração e implementação dessas políticas, que muitas vezes são vistos como "não sujeitos" e encontram obstáculos em sua atuação.

Além disso, o artigo apresenta a População LGBT e as Políticas Educacionais Brasileiras, trazendo as Diretrizes para uma Política Educacional em Sexualidade, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Diversidade Sexual – que veio no intuito de prevenir as crianças e jovens da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS),





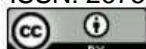
como era chamada, pois caiu em desuso, sendo utilizado agora HIV³. Ademais, abarcam o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que foi resultado de movimentos feministas entre mulheres lésbicas, negras que reivindicaram ações que promovessem gestores da educação em todas as instâncias de governo a abordagem da temática diversidade sexual na escola. Meireles, Raizer e Margotto (2011) abordam ainda o Programa Brasil Sem Homofobia e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, documentos abordados anteriormente nesta escrita.

Dentre as principais abordagens, a que mais se destacou foram as discussões voltadas ao BSH, que foi o documento visto como referência para políticas públicas subsequentes e que trouxe como objetivo o combate à violência e à discriminação contra a população LGBT+, além de ter a participação de militantes deste movimento social na construção do documento, que serviria de base para as demais esferas governamentais. Segundo Daniliauskas (2011), o Programa Nacional de DST/AIDS contribuiu para o financiamento da publicação, suprindo a falta de orçamento do governo. Além disso, auxiliou na articulação interna entre o governo e o movimento social organizado, que criticava a escassez de recursos para a implementação.

Em 2009, foi lançado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, também no governo de Lula, que tinha como objetivo fortalecer o BSH ao apresentar ações que garantissem o respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero. Gomes (2016) apresenta que o Plano foi muito rejeitado pelos ultraconservadores e fundamentalistas religiosos, pois trazia como uma das ações programáticas a “união civil entre pessoas do mesmo sexo” e “garantia do direito de adoção por casais homoafetivos”.

4.3 Categoria 3: Educação sexual e o ambiente escolar

³ HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) e AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) são frequentemente confundidos, mas há uma distinção crucial entre eles. O HIV é o vírus que, quando não tratado, pode levar à AIDS, uma condição que representa a fase mais avançada da infecção pelo HIV.





A terceira e última categoria é a que mais agregou trabalhos. Contabilizando 4 estudos ao total, temos a presença de uma dissertação, um artigo e dois TCC. Moreira (2016) discute, em sua pesquisa de mestrado, questões como o Neoliberalismo e Escola, Políticas Identitárias e Escola e Políticas Públicas e Escola – Demandas LGBT. Ao passo que Joca (2014) apresenta em seu artigo discussões sobre a diversidade sexual, partindo da visibilidade à eminentância de políticas na educação, percorrendo os movimentos LGBT com as perspectivas deste para a educação, trazendo as políticas que abraçam a diversidade sexual. Já nos TCC encontrados, Ribeiro (2014) desenvolve sua pesquisa a partir do entendimento do Brasil Sem Homofobia, do papel da Escola na Educação Sexual e da Educação com a Identidade de Gênero, e Rotunno (2018), que descreve seu trabalho a partir da LGBTfobia na escola, perpassa pelo combate desta a partir das Políticas Educacionais.

Infelizmente, no dia a dia escolar, é comum presencermos falas de caráter homofóbico, em que, muitas vezes, o público presente fica sem reação por não saber como se opor. É necessário que haja intervenção, para que estas situações não sejam vistas com naturalidade. Nesse sentido, Ribeiro (2014) destaca a importância de dar visibilidade aos preconceitos e discriminações vivenciadas, pois isso permite refletir sobre o impacto das interações sociais, mesmo que gere debates e divergências. São essas discussões que possibilitam a desconstrução da homofobia, garantindo que a escola cumpra seu papel de promover uma educação inclusiva. Nesse contexto, torna-se essencial abordar a educação sexual, para que o conhecimento, por meio de diálogos e debates, contribua para a desconstrução de preconceitos

Ao passo que Rotunno (2018) relembra que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação é direito de todos e que dois dos seus principais fundamentos são a cidadania e a dignidade, mostrando que é obrigação do Estado desenvolver orientações para ações educativas no que diz respeito ao reconhecimento da diversidade na sociedade.

Ribeiro (2014) caracteriza e destaca a importância do Brasil Sem Homofobia para materialização de políticas quanto à diversidade sexual nas escolas. Já Rotunno





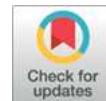
(2018) observa que a implementação de programas e ações para combater a discriminação e promover a igualdade de gênero foram enfatizadas e tiveram atenção no governo do Partido dos Trabalhadores (PT), e relembra o projeto Escola Sem Homofobia que foi vetado. Segundo Rodrigues e Silva (2020), o projeto foi financiado em 2009 pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI), e tinha como objetivo promover um ambiente propício à igualdade e ao respeito à diversidade no cotidiano escolar. No entanto, acabou sofrendo muitos ataques, o que ocasionou a descontinuidade dessa política.

Já na pesquisa de mestrado realizada por Moreira (2016), há um destaque para a retirada de alguns termos de documentos importantes como, por exemplo, ‘identidade de gênero’ e ‘orientação sexual’ do corpo do texto do projeto de lei PL8035/2010 que deu origem ao Plano Nacional de Educação (PNE), que é um documento que determina as diretrizes, metas e estratégias para a educação. Moreira coloca ainda que a omissão destes termos foi sentida nos debates que diziam respeito aos planos de educação nos níveis estadual, municipal, no Brasil todo, sem diretiva explícita para implementação de políticas específicas para comunidade LGBT, pois não tinha suporte para o financiamento nesta finalidade.

Contudo, há muito o que fazer, pois o sistema educativo ainda ignora a existência de adolescentes LGBT, sendo que a escola deve ser para todos, sem segregação e com estratégias de esvaziamento das desigualdades. Em concordância, Joca (2014) destaca que é impossível a escola ignorar as sexualidades, uma vez que não se pode pedir para que a deixem no portão da escola.

Louro (1997, p. 80) corrobora com os trabalhos acima, pois mesmo que a sexualidade esteja presente em todos os dispositivos de escolarização, a preocupação com ela não é apresentada de forma aberta, sinalizando que quando dirigentes e professores são questionados sobre a questão, respondem: “em nossa escola nós não precisamos nos preocupar com isso, não temos problemas nessa área” ou com “acreditamos que cabe à família tratar desses assuntos”. Atitudes como essas ocorrem porque muitos pais temem que o conhecimento possa incentivar práticas homossexuais





e/ou a atividade sexual. Nesse sentido, a autora mencionada acrescenta que, para que um jovem possa se reconhecer como homossexual, é essencial desvincular a homossexualidade de noções equivocadas, como desvios, patologias ou formas não naturais e ilegais de sexualidade.

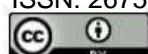
19

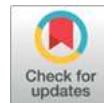
5 Considerações finais

Este estudo buscou aprofundar os dados de pesquisas científicas existentes acerca da Educação LGBT+, apresentando a evolução do campo de pesquisa relativo à temática. Percebeu-se que, mesmo ampliando o foco deste estudo para as últimas duas décadas (2004 – 2024), poucos foram os trabalhos que relacionavam os documentos analisados Brasil Sem Homofobia e/ou Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT às políticas educacionais voltadas para a educação básica.

A partir das três categorias de análises, foi possível perceber que, na Categoria 1 – intitulada ‘Direitos e visibilidade LGBT’ – torna-se importante o reconhecimento do papel fundamental que os movimentos sociais têm, mas que mesmo que tenham sido conquistados marcos legais, estes não garantem às pessoas LGBT as condições efetivas ao exercício da plena cidadania. Já na Categoria 2 – intitulada ‘Políticas públicas e os movimentos sociais’ – percebeu-se que a relação entre o cenário político e a criação das políticas públicas para a comunidade LGBT+ esteve presente em todos os trabalhos desta categoria, o que já era esperado, pois o BSH foi um programa do governo federal durante o mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o qual reivindicava a inclusão social a partir das pressões sofridas e das ações coletivas da sociedade civil organizada em busca da superação das desigualdades sociais.

Por último a Categoria 3 – intitulada ‘Educação sexual e o ambiente escolar’ – relata que há muito o que fazer, pois o sistema educativo ainda ignora a existência de adolescentes LGBT nos ambientes escolares, sendo que a escola deve ser para todos(as), sem segregação, e precisa de estratégias de esvaziamento das



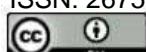


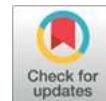
desigualdades, uma vez que as sexualidades não podem ficar para fora da porta da sala de aula.

Diante dessas observações, fica evidente que o incentivo a pesquisas que abordam as demandas da comunidade LGBT+ é necessário e urgente. Além disso, é fundamental resistir ao desmonte de políticas que promovem o combate à discriminação e à violência, tanto no ambiente escolar quanto fora dele. Também se destaca a importância de estimular a comunidade escolar a refletir sobre a necessidade de discutir conceitos, expor ideias e fomentar debates entre os alunos, permitindo que, gradualmente, o conhecimento sobre diversidade contribua para a desconstrução da homofobia.

A padronização de um currículo nacional com aprendizagens consideradas "essenciais" para todos os estudantes do país acaba por impor barreiras às diferenças e diversidades. A escolha de atender à lógica do capital e aos interesses empresariais redefine a concepção de uma educação de qualidade, transformando-a em uma mercadoria. Esse modelo não apenas subestima a interação social e a valorização das diferenças, mas também ignora a multiplicidade de demandas, necessidades e realidades das diversas escolas e contextos. Além disso, ao deslocar a "parte diversificada do currículo comum" para uma posição secundária, reduz a centralidade de temas fundamentais, tratando-os apenas como aspectos transversais dentro da estrutura curricular.

Este estudo contribui significativamente para o campo da pesquisa educacional ao destacar não apenas as produções acadêmicas das últimas décadas, mas também as lacunas e as oportunidades para aprimorar as práticas educacionais no Brasil em relação à temática da educação e abordagem LGBT+. Esta pesquisa não se esgota aqui, mas entende-se que atingiu o objetivo proposto. Espera-se que os resultados apresentados inspirem novas pesquisas e produções acadêmicas, na busca da promoção de uma educação mais justa e inclusiva, preservando e lutando pelos valores universais de respeito e dignidade para todos(as).





Referências

AMESTOY, M. B.; TOLENTINO-NETO, L. C. B. As Inter-Relações entre as Políticas Públicas Educacionais: Atravessamentos, Demandas e Inquietações na Contemporaneidade **Políticas públicas educacionais: teorias e práticas contemporâneas**, ed.1. Santa Maria/ RS: Arco Editores, 2024, v.1, p. 17 - 31.

21

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH**, Brasília, 2009.

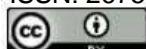
CARVALHO, M.T. A base Nacional Comum Curricular e sexualidade: crítica e resistência. **Florianópolis**, v. 7, n°13, p.89-100, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pesquisar/article/view/74858>. Acesso em 07 nov. 2024.

DANILIAUSKAS, M. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia**. Dissertação (Programa de pós-graduação em Educação – Mestrado) – Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011.

FREITAS, G. **Orientação Sexual na Base Nacional Comum Curricular e no Referencial Curricular do Estado do Paraná**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Santa Helena, 2021.

GOMES, J.C. **Direitos Humanos, Educação e Cidadania LGBT**: Uma análise das ações do programa Brasil Sem Homofobia em João Pessoa/PB. Dissertação (Programa de pós-graduação em Educação – Mestrado) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2016.

JOCA, A.M. Para além do Devir: Políticas públicas educacionais para a diversidade sexual. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, v.2, n.14, p.46-64, jul/dez. 2014.





Disponível em: <http://www.avalrevista.ufc.br/index.php/revistaaval/article/view/29>. Acesso em 20 nov. 2024.

KITCHENHAM, B. **Procedures for Performing Systematic Reviews**. Joint Technical Report: Keele University, 2004.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. 6^a Ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira (Org.). **O corpo educado** – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, G. L. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade – o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; GOELLNER, Silvana Vilodre.; NECKEL, Jane Felipe (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade.** Um debate contemporâneo na Educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

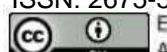
MACEDO, E. Como a diferença passa do centro à margem nos currículos: o exemplo dos PCN. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 87-109, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a05.pdf>. Acesso em 15 maio 2024.

MACHADO, A. M.; SALVA, S. Ser menino e ser menina em uma turma de crianças de multi-idade no contexto da Educação Infantil: diálogos sobre identidade de gênero. **Educação & Formação**, Fortaleza, v.9, e11961, 2024. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/>. Acesso em 20 nov. 2024.

MAIA, A. C. B; RIBEIRO, P. R. M. Educação sexual: princípios para ação. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/341262997_EDUCACAO_SEXUAL_PRINCIPIO_S_PARA_A_ACAO_Doxa_v15_n1. Acesso em 07 Maio 2024.

MEIRELES, A.C.; RAIZER, E.C.; MARGOTTO, L.R. Diversidade sexual nas políticas educacionais brasileiras: uma abordagem crítica preliminar. In: **Anais do Seminário Nacional da Pós Graduação em Ciências Sociais** – UFES, v.1, n.1. 2011.

MOREIRA. J. **Janelas fechadas:** o percurso da Pauta LGBT no PNE 2014. Dissertação (Programa de pós-graduação em Educação – Mestrado) Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2016.





PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Curriculo da Rede Estadual Paranaense - CREP – EF.** Curitiba: SEED, 2019.

RAMOS, A.; FARIA, P. M.; FARIA, A. Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. **Revista Diálogo Educacional**, [S. I.], v. 14, n. 41, p. 17–36, 2014.

23

RIBEIRO, J.T. **Políticas para a comunidade LGBT:** uma breve análise do Programa “Brasil Sem Homofobia”. Trabalho de conclusão de curso – Universidade de Brasília. Brasília. 2014.

ROTUNNO, L. **Educação e diversidade:** uma análise sobre as políticas educacionais de combate à LGBTfobia. Trabalho de conclusão de curso – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2018.

SARTORI, T. L. Análise da educação brasileira em face ao estudo da sexualidade: Marginalização da educação sexual na BNCC. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 23, n. 00, p. e022001, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/15558>. Acesso em: 16 dez. 2024.

SARTORI, T. L.; CAMPANÁRIO, C. R. A. A. Diversidade e direitos humanos no exercício do magistério: percepções do professor da educação básica. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 6, e13584, 2024. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/13584>. Acesso em 14 nov. 2024.

SOUZA, J.A.C. **A política educacional brasileira em interface com a diversidade sexual no período de 2003 a 2014.** Dissertação (Programa de pós-graduação em Educação – Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba. 2016.

VIANNA, C.P. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Revista Scielo**, v. 41, n. 3, p. 791-806, jul./set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/LBDYPy9CZ3pGLJ4Sk4HVdQm/?lang=pt>. Acesso em 2 dez. 2024.

ⁱ Mayra Gomes de Oliveira, ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-2418-2528>

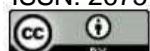
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

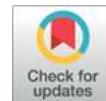
Licenciada em Ciências Biológicas (UEPG).

Contribuição de autoria: Coleta de dados; Concepção e elaboração do manuscrito; Análise e discussão dos dados.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0142401402880187>

E-mail: 19131246@uepg.br





ⁱⁱ **Micheli Bordoli Amestoy**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5687-5311>

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Bacharela e Licenciada em Ciências Biológicas (UFSM). Mestra e Doutora em Educação em Ciências (UFSM). Professora do Departamento de Biologia Geral (DEBIO – UEPG) e professora credenciada no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática (PPGECEM/UEPG). Contribuição de autoria: Coleta de dados; Concepção e elaboração do manuscrito; Análise e discussão dos dados. Revisão do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7865042624189677>

E-mail: mbamestoy@uepg.br

Editora responsável: Genifer Andrade

Especialista ad hoc: Raimundo Sérgio Farias e Luciana de Moura Ferreira.

Como citar este artigo (ABNT):

OLIVEIRA, Mayra Gomes de; AMESTOY, Micheli Bordoli. Abordagem da Educação LGBT+ nos documentos oficiais: Uma revisão sistemática de literatura. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 7, e14662, 2025. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/14662>

Recebido em 24 de dezembro de 2024.

Aceito em 16 de fevereiro de 2025.

Publicado em 20 de abril de 2025.

